

## **Trabalho *doecente* na rede municipal de ensino de Porto Alegre/RS (RME/POA)**

### **Work that makes you sick and municipal education in Porto Alegre**

### **Trabajo que le enferme y educación municipal en Porto Alegre**

**Caroline Pereira Leal**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre/RS – Brasil

#### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre o contexto de trabalho, a partir da nova rotina escolar da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS (RME/POA), e o adoecimento docente. Buscaremos indicar de que maneira o processo reformista e os instrumentos adotados por esse modelo de gestão podem ter exercido efeitos sobre a saúde dos professores da RME/POA, tornando-o um trabalho *doecente*. Por meio de pesquisa documental, fizemos uma análise de abordagem qualitativa e verificamos que a nova rotina escolar levou à intensificação do trabalho docente e pode ter contribuído para o aumento de afastamentos de professores e professoras de suas atividades laborais para tratamento de saúde.

**Palavras-chave:** Reforma administrativa educacional, Gestão pública, Intensificação do trabalho, Saúde docente

#### **Abstract**

This article aims to analyze the relationships between the work context, based on the new school routine of the Municipal Education Network of Porto Alegre (RME / POA), and illness among teachers. We seek to indicate how reformist process and the instruments adopted by this management model may have influenced the health of teachers in the Municipal Education Network of Porto Alegre, making it a sick work. Through documentary research, we conducted a qualitative approach analysis. In conclusion, we found that the new school routine led to a teaching work intensification and may have contributed to the increase leaving from work of teachers for health treatment.

**Keywords:** Educational administrative reform, Public management, Work's intensification, Teaching health

#### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo analizar las relaciones entre el contexto laboral, a partir de la nueva rutina escolar de la Red Municipal de Educación de Porto Alegre/RS (RME / POA), y la enfermedad docente. Buscaremos indicar cómo el proceso reformista y los instrumentos adoptados por ese modelo de gestión pueden haber incidido en la salud de los docentes de la Red Municipal de Educación de Porto Alegre, convirtiéndola en un trabajo enfermizo. A través de la investigación documental, realizamos un análisis de abordaje cualitativo y constatamos que la nueva rutina escolar propició la intensificación de la labor

docente y puede haber contribuido al aumento de la ausencia del profesorado en sus actividades laborales para el tratamiento de la salud.

**Palabras clave:** Reforma administrativa educativa, Gestión pública, Intensificación del trabajo, Salud docente

## 1. Introdução

Historicamente identificada como referência em uma educação crítica (orientada por ideais de uma gestão pública de caráter emancipatório, inclusivo e democrático), nas últimas décadas, as políticas educacionais da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS (RME/POA) vieram assumindo gradativamente orientações gerencialistas (AGUIAR; SANTOS, 2018). Em vista disso, em 2017, teve início uma reforma administrativa, norteadas por uma verticalização das decisões políticas, no que tange à gestão escolar. Justificada pelo baixo desempenho dos alunos nas avaliações como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o alcance de metas e indicadores pautaram o processo reformista, orientado pela aplicação da gestão por resultados na educação.

No plano tático, o primeiro passo da mudança foi a implantação de uma nova rotina escolar, através da revogação do decreto 14.521, de 2004, que regulamentava o regime normal de trabalho do magistério municipal, alterando-se os horários de entrada e saída da escola e a duração dos períodos; aumentando-se a carga horária dos professores e professoras em atendimento direto aos alunos em sala de aula; deslocando-se as reuniões pedagógicas, os conselhos de classe, as entregas de avaliações (realizadas dentro da carga horária semanal) para os sábados; retirando-se a Hora Atividade Fora das Escola (Hafe) dos professores e professoras, obrigando-os a cumprirem as horas destinadas às atividades extraclasse na escola.

Por outro lado, observamos que os dados a respeito dos afastamentos por motivos de saúde entre os professores e professoras da RME/POA são alarmantes, tendo sido objetos de estudos de demais pesquisas (CONTIERO, 2014; HALMENSCHLAGER, 2018; LEAL, 2020). Em trabalho recente, Cortez *et al* (2017, p.113) analisaram publicações relacionadas à saúde do trabalho docente entre 2003 e 2016. De acordo com os autores, os estudos “evidenciaram o adoecimento docente na atualidade, apontando a necessidade de

desenvolvimento de ações referentes à reorganização do trabalho docente e promoção de saúde do professor”.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre o contexto de trabalho, a partir da nova rotina escolar da RME/POA, e o adoecimento docente. Buscaremos indicar de que maneira o processo reformista e os instrumentos adotados por esse modelo de gestão podem ter exercido efeitos sobre a saúde dos professores e professoras da RME/POA, tornando o trabalho *doecente*.

Entendemos por *trabalho doecente*, o trabalho docente realizado em determinadas circunstâncias e condições que levam ao constante adoecimento do profissional; as atividades laborativas realizadas por professores e professoras que - em função da violência de um sistema de gestão - causam, como reações defensivas do trabalhador, o seu adoecimento<sup>1</sup>.

Sabemos que os modelos de gestão e as mudanças efetuadas na organização do trabalho têm levado a um aumento considerável de enfermidades que estão diretamente relacionadas ao trabalho (DEJOURS; BÈGUE, 2010; DEJOURS, 2012; SELIGMANN-SILVA, 2011; HELOANI, 2013). Afinal, a própria gestão, enquanto uma tecnologia de poder, se torna uma ideologia que legitima a mercantilização do ser humano, transformando-o em “capital que convém tornar produtivo” (GAULEJAC, 2007, p. 28). Para Gaulejac (2007), o adoecimento e afastamento do trabalho acabam por se tornar, muitas vezes, reações defensivas de trabalhadores, a fim de suportar a violência de um sistema de gestão. Tornam-se a única maneira que os indivíduos encontram para existir objetiva e subjetivamente.

Na educação, a intensificação do trabalho docente vem sendo apontada por muitos estudos como causa do aumento de adoecimento entre professores e professoras (APPLE, 1989; HARGREAVES, 1995; OLIVEIRA, 2005; OLIVEIRA, 2008; GARCIA; ANADON, 2009). As mudanças efetuadas no sistema educacional brasileiro, a partir da década de 1990, e a centralidade atribuída aos docentes trouxeram novas exigências profissionais com efeitos sobre sua saúde (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

---

<sup>1</sup> “Um trabalho docente/Que sem ser decente/É de quem dói e sente/E se torna doente” (LEAL, 2020).

Na atualidade, ampliou-se a atuação do professor para além da sala de aula. Além de ensinar, o professor “deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende às famílias e à comunidade” (ASSUNÇÃO; BARRETO; GASPARINI, 2005, p. 190). Como a administração escolar não fornece os meios pedagógicos necessários à realização das tarefas, cada vez mais complexas, os professores são compelidos a buscar, então, por seus próprios meios, formas de requalificação, que se traduz em aumento não reconhecido e não remunerado da jornada de trabalho, como salientam Assunção, Barreto e Gasparini (2005).

A intensificação do trabalho docente está relacionada, portanto, ao grau de energia gasto pelos professores para a realização de suas atividades laborais, quando deles passa a ser exigido um empenho maior, seja físico (corpo), intelectual (acuidade mente/saberes) ou psíquico (emocional/afetividade), ou uma combinação desses elementos (DAL ROSSO, 2008). Caracterizado pela “crescente demanda de novas atribuições, pela falta de tempo para as atividades mais básicas da vida humana e pelo sentimento de cansaço crônico dos trabalhadores intelectuais em função do excesso de trabalho”, opera-se “um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional” (DAL ROSSO, 2008, p.23), tornando o trabalho docente, um trabalho *docente*.

A pesquisa documental realizada neste trabalho tem por base o *Relatório sobre as condições precárias das escolas municipais de Porto Alegre* (2018), apresentado pelo vereador Alex Fraga à Câmara Municipal de Porto Alegre, disponível no site dessa instituição<sup>2</sup>.

Na análise documental, foram levadas em consideração as informações que versassem sobre as condições de trabalho dos professores municipais. A respeito da nova rotina escolar, foram usados os seguintes documentos: *Programa de Metas 2017-2020*, com objetivos da gestão municipal para a educação; *Decreto 14.521*, de 2004, que regulamentava a organização escolar da RME até 2017, portarias com as *Diretrizes Escolares para os anos de 2017 a 2019*, que estabeleceram as normas para a nova rotina escolar. Partimos da

---

<sup>2</sup> Disponível em: [https://escola.camarapoa.rs.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio\\_Final\\_escolas.pdf](https://escola.camarapoa.rs.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio_Final_escolas.pdf). Acesso em: 17 fev. 2022.

hipótese de que a nova rotina - ao alterar o contexto de trabalho de professores e professoras, a fim de se atingir as metas traçadas pela gestão municipal 2017/2020 - em face da defasagem das condições de trabalho apresentadas pelas escolas municipais, acabou por gerar uma intensificação do trabalho docente com efeitos sobre a sua saúde.

Assunção e Oliveira (2009), ao analisarem a saúde dos professores e seu processo de morbidade calcado em determinantes ambientais e organizacionais, relacionam a intensificação do trabalho vivido pelos docentes das escolas públicas brasileiras na atualidade a seu adoecimento. A fim de averiguar se, no cenário atual do setor educativo no Brasil, as mudanças organizacionais estariam provocando a intensificação do trabalho docente, as autoras mencionam fatores “qualitativos, caracterizados pelas transformações da atividade sem o necessário suporte social para acomodar as exigências do trabalho, e fatores quantitativos, relacionados ao aumento do volume de tarefas nas escolas” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p.349). Afirmam que “a intensificação do trabalho pode decorrer do crescimento da produção sem alterações do efetivo, ou da diminuição do efetivo sem haver mudança na produção” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 354).

Dessa forma, na presente análise, destacamos os fatores quantitativos (aumento e sobrecarga de trabalho) e qualitativos (precariedade do ambiente de trabalho), a fim de se discutir as relações entre o contexto de trabalho, a partir da nova rotina escolar, e o possível adoecimento docente.

## **2. A nova rotina escolar e o adoecimento docente na RME/POA**

Era fevereiro de 2017, quando, em uma apresentação a diretores e vice-diretores das 56 escolas municipais de ensino fundamental e médio de Porto Alegre, a prefeitura anunciou as novas diretrizes para a organização da rotina diária da rede pública de ensino da cidade (MACEDO, 2017). Essa reconfiguração dos horários que regulavam as práticas escolares foi o primeiro passo de uma reforma educacional com vistas à aplicação da gestão por resultados na educação na RME/POA.

Em seu Programa de Metas 2017-2020 (Prometa)<sup>3</sup>, o governo Marchezan Júnior apresentou para a educação municipal dois objetivos estratégicos a serem atingidos durante sua gestão: aumentar e qualificar a oferta de vagas da educação infantil e melhorar a qualidade do ensino fundamental; e nove metas estratégicas vinculadas ao aumento de quantitativo em exames padronizados, no caso o Ideb<sup>4</sup>. Essas metas e indicadores foram utilizadas a fim de nortear o processo reformista e o baixo desempenho dos alunos municipais foi o argumento para as mudanças que seriam executadas a partir de então.

A principal alteração proposta pela nova rotina foi em relação à questão dos tempos escolares – tempos de trabalho e tempos de aprendizagem: horários de entrada e saída da escola, duração dos períodos, organização da carga horária dos professores. A quantidade de minutos da hora-aula foi diminuída de 50 para 45 minutos, ao mesmo passo em que se aumentou o número de períodos a serem dados pelo professor (de 15 para 17), acrescentando 15 minutos a sua carga horária em atividades diretas em sala de aula.

Além disso, as reuniões pedagógicas, os conselhos de classe, as entregas de avaliação, que na antiga organização eram realizadas dentro da carga horária semanal de trabalho de cada docente, foram deslocados para os sábados e/ou turnos vespertinos. Também foi retirado dos professores e professoras a possibilidade de realizarem as atividades extraclasse fora do ambiente escolar (PORTO ALEGRE, 2004; PORTO ALEGRE, 2017<sup>a</sup>, PORTO ALEGRE, 2018).

---

<sup>3</sup> O Prometa é um programa que contempla os 4 (quatro) anos de gestão municipal e contém as prioridades, os indicadores de desempenho e as metas quantitativas e qualitativas para cada um dos eixos estratégicos de políticas públicas estabelecidas para a administração municipal. Foi incluído por meio de emenda à Lei Orgânica nº 36, pela Câmara Municipal de Porto Alegre, e todo o prefeito eleito tem que apresentar em até 90 dias após a sua posse. O Prometa 2017-2020 apresentava 16 objetivos estratégicos e 58 metas para diversos setores da administração pública de Porto Alegre, divididos nos seguintes eixos: 1. Desenvolvimento social; 2. Infraestrutura, economia, serviços e sustentabilidade; 3. Gestão e finanças. (PORTO ALEGRE, 2018a).

<sup>4</sup> O Ideb é um indicador, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, para medir a qualidade de ensino das escolas públicas, no território nacional. Seu cálculo é feito por meio do rendimento escolar (aprovação e evasão) no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil, medido de dois em dois anos e apresentado numa escala de 0 a 10, cuja meta é alcançar o índice 6,0. Desde a criação do indicador, o município de Porto Alegre vem apresentando resultados abaixo das metas projetadas (INEP, 2021).

Em trabalho anterior, verificamos que, a partir da nova rotina escolar houve significativo aumento no número de Licenças para Tratamento Saúde (LTS) concedidas aos professores e professoras da RME e do número de professores que necessitaram entrar em LTS, sobretudo, a partir de seu segundo ano de vigência. Ao compararmos o ano de 2019 ao de 2016, constatamos um acréscimo de 62% no número de LTS concedidas aos professores e às professoras, aumentando em 33% o número de profissionais que entraram em LTS.

Em 2019, por exemplo, 63% do quadro docente da RME necessitou se afastar do trabalho por motivo de saúde. Outra constatação importante diz respeito ao decréscimo na média de dias por LTS e de dias em afastamento por servidor. Embora tenha ocorrido um incremento significativo de licenças concedidas a partir da nova rotina escolar, esses afastamentos tiveram sua duração reduzida (LEAL, 2020). Conforme a bibliografia especializada no assunto (REIS *et al*, 2006), essa evidência nos possibilita relacionar esses adoecimentos a fatores organizacionais, como intensificação do trabalho, por exemplo.

Dito isso, abaixo apresentaremos os fatores quantitativos e qualitativos da intensificação do trabalho docente, advindos da mudança administrativa e dos instrumentos adotados por esse modelo de gestão, que podem ajudar a explicar os altos índices de afastamento de professores e professoras para tratamento saúde, a partir da nova rotina escolar.

### **3. Fatores quantitativos e qualitativos da intensificação do trabalho docente na nova rotina escolar**

A reconfiguração dos horários das escolas, da quantidade de minutos por período, da carga horária dos professores e das professoras teve um efeito direto na alocação dos recursos humanos de cada unidade escolar. A partir dessa alteração, cada professor passou a atender a um número maior de turmas e alunos. Com vistas à redução de custos, tal medida levou à diminuição do efetivo de professores e à otimização dos recursos humanos, aumentando a população a ser atendida pelo mesmo profissional. Ou seja, fazer o mesmo trabalho, com menos professores e professoras, aumentando-se sua carga horária em

atendimento direto com os alunos e alunas, a fim de reduzir a folha de pagamento.

No ano anterior à implantação da nova rotina escolar, eram 3.910 professores atuantes da RME, enquanto, no ano de 2018, esse número foi reduzido para 3.538 (PORTO ALEGRE, 2019). Sem haver mudança na produção, por meio da diminuição do efetivo e do aumento do volume de atividades a serem desempenhadas pelo trabalhador, tal mudança acarretou a intensificação do trabalho docente.

Além de aumentar o volume de atividades para cada professor, outro fator quantitativo da intensificação do trabalho docente, a partir da nova rotina escolar, foi a ampliação da carga horária semanal a ser executada pelos trabalhadores. Ao deslocar conselhos de classe, reuniões com pais, reuniões pedagógicas, entrega de avaliações para outros horários, além da carga horária semanal a ser cumprida pelo professor, a nova rotina escolar acrescentou horas de trabalho extras às suas vidas, em momentos que eram para ser de descanso e lazer.

Anadon e Garcia (2009, p.70) destacam que as estratégias de intensificação do trabalho docente em curso, a partir das reformas da década de 1990, além de “incluir ampliação das tarefas a serem desempenhadas pelas professoras no cotidiano das escolas”, valem-se também do “governo de seus sentimentos em relação ao seu trabalho e às suas carreiras, envolvendo os espaços privados e domésticos, seus tempos de descanso e suas energias”.

Ademais, caso essa jornada laboral extra não seja cumprida, muitas vezes o professor passa a sofrer uma pressão, não somente das chefias e dos pares por essa falta, mas até mesmo de sua parte. É nesse sentido que Anadon e Garcia (2009, p.71) afirmam que “o discurso do profissionalismo docente joga um papel decisivo nas novas formas de intensificação e controle do trabalho docente”, através da incitação a sentimentos de autorresponsabilização pelo fracasso da escola. Além disso, elas ressaltam que a “base necessária da intensificação do trabalho docente é o consentimento voluntário dos professores nesse processo”, através da

incitação a sentimentos de autorresponsabilização das professoras pelo fracasso da escola pública como pelo estímulo ao engajamento em mecanismos de profissionalização e ao exercício de uma conduta profissional baseada em uma ética salvacionista e missionária. (ANADON; GARCIA, 2009, p.71)

Tal sentimento docente também está relacionado aos atuais mecanismos de dominação do novo modelo de gestão, proposto pelo capitalismo financeiro, bem como suas legitimações ideológicas, em que o “humano se torna um capital que convém tornar produtivo” (GAULEJAC, 2007, p.28). A fim de que se mobilizem as subjetividades dos trabalhadores, para a realização de um ideal de indivíduo adequado às exigências da nova ordem econômica, se “arrasta cada pessoa em busca de sentido e de reconhecimento jamais satisfeita, como uma competição sem limites, que gera um sentimento de assédio generalizado” (GAULEJAC, 2007, p.28).

A gestão gerencialista exalta valores de enriquecimento, de liberdade e de autonomia, ao mesmo tempo em que organiza um estado de crise permanente:

induz relações sociais regidas por um princípio de competição generalizada, segundo a qual cada indivíduo deva batalhar para ter uma existência social. Ela submete o sucesso individual aos acasos das carreiras profissionais e dos mercados financeiros. (GAULEJAC, 2007, p.143-144)

Essas exigências paradoxais, criadas por esse formato de gestão, podem ser consideradas fatores de adoecimento físico ou psíquico, em função da permanente tensão para atender às exigências da organização que estimula uma "subjetividade fluida, capaz simultaneamente de se mobilizar maciçamente e de se desinvestir rapidamente" (GAULEJAC, 2007, p. 187). De acordo com Bottega (2015, p. 52),

as reações defensivas são utilizadas para que o sujeito suporte a violência e conviva com um sistema de gestão do qual deseja ao mesmo tempo se livrar. Muitas vezes, o adoecimento e o afastamento do trabalho vai ser a única forma de que o sujeito possa existir de forma objetiva e subjetiva.

Para se compreender o processo de intensificação do trabalho, medições puramente quantitativas são consideradas insuficientes, devendo o foco sobre as mudanças qualitativas ser privilegiado. De acordo com Davezies (2007 apud ASUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p.354),

a intensificação diz respeito não somente à expansão e ao acúmulo de constrangimentos de tempo durante a realização do trabalho, mas também às transformações impingidas à qualidade do serviço, do produto e, de maneira global, do trabalho.

Dessa forma, outro aspecto a ser considerado na intensificação do trabalho seriam os fatores qualitativos que dizem respeito às condições de trabalho. Assunção e Oliveira (2009, p. 352) afirmam que “estudos epidemiológicos destacam fortes associações entre as condições de trabalho e a insatisfação, cujos desdobramentos, entre outros fatores, explicam o perfil de morbidade dos grupos estudados”.

Em artigo que reflete a respeito das relações entre o processo de trabalho docente, as reais condições sob as quais ele se desenvolve e o possível adoecimento físico e mental dos professores, Assunção, Barreto e Gasparini (2005, p. 191) questionam “quais seriam os efeitos para o professor, se, no espaço da produção do ensino, não lhe são garantidas as condições adequadas para atingir as metas que orientam as reformas educacionais recentes?” De acordo com as autoras,

as condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar podem gerar esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas. Se não há tempo para a recuperação, são desencadeados ou precipitados os sintomas clínicos que explicariam os índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais. (ASSUNÇÃO; BARRETO; GASPARINI, 2005p.192)

Do mesmo modo, Esteve (1999) apresenta as condições de trabalho - que agem indiretamente sobre a imagem do professor - como fatores secundários que levariam ao fenômeno do “mal-estar docente”, resultando no “ciclo degenerativo da eficácia docente”.

Em abril de 2018, o mandato do vereador prof. Alex Fraga publicou um *Relatório sobre as condições precárias das Escolas Municipais de Porto Alegre*, fruto de visitas realizadas entre março e abril do referido ano a todas “escolas de ensino fundamental e médio da rede municipal de Porto Alegre para falar com direções e professores sobre as condições de trabalho e a estrutura física dos espaços” (FRAGA, 2018, p. 2).

Vale ressaltar que a RME possui 54 escolas de ensino fundamental (Emef) e uma escola de ensino médio (Emem) e uma escola de educação básica (Emeb), classificadas em P, M ou G, de acordo com o número de alunos atendidos. Embora as escolas apresentem estruturas e recursos humanos diferentes, em função de seu tamanho, o relatório destaca a falta de condições

escolares adequadas para que os docentes realizem suas atividades laborais, apontando para uma “precarização do ensino e das relações de trabalho na rede municipal” (FRAGA, 2018, p. 34). Desde a manutenção básica, na qual “diversos reparos que necessitam ser feitos em praticamente todas as unidades, a fim de conservar adequadamente os espaços e, principalmente, atender às necessidades diárias de alunos, professores e funcionários” (FRAGA, 2018, p.18), como pinturas, desentupimento de calhas, troca de lâmpadas e capacitores, colocação de lajotas na parede, conserto de telas de proteção em quadras esportivas, conserto do piso, capina do pátio, poda de árvores, conserto em banheiros (caixas de descarga, por exemplo), reparo em calçadas, remoção dos cupins e materiais danificados, reposição de telhas, desobstrução dos canos do pátio, até questões estruturais, que apresentavam situações de risco. Por exemplo, uma

escola grande, com cerca de 1.500 alunos e vários problemas estruturais: a) A estrutura de escoamento da água da chuva é inadequada e não dá conta da demanda, inundando o pátio, o que é agravado pelo represamento provocado pelo muro do terreno vizinho. b) Ainda sobre chuva, ocorre um problema de falta de luz em algumas lâmpadas devido à infiltração. c) Buraco aberto, com esgoto da cozinha da escola, foi alvo de tentativa de manutenção, mas logo se abriu novamente e foi provisoriamente coberto com pedaços de madeira pela direção. d) Salas de aula ficam alagadas quando chove, por terem sido construídas abaixo do nível do solo. e) No segundo semestre de 2017, houve a queda de uma árvore cuja remoção era solicitada desde março do mesmo ano. Conforme laudo de vistoria realizada em 2017, o pátio da escola tem mais árvores comprometidas e necessitando de remoção. (FRAGA, 2018, p.22)

Outro ponto deficitário destacado no relatório diz respeito aos espaços destinados, exclusivamente, aos professores para a execução de suas tarefas, sobretudo, no que tange a normativa de cumprimento da hora-atividade dentro da escola. Segundo o documento,

nenhuma das 56 escolas possui espaços específicos para estudo para todos os professores que precisam planejar [...]. Não há estrutura de mesas e cadeiras confortáveis e isolamento acústico, nem livros e materiais pedagógicos à disposição, nem computadores com processador adequado e programas atualizados com as demandas dos dias de hoje, nem sinal de Internet que supra essa necessidade. O que se viu no levantamento nas escolas foi que quase todas possuem computadores com programação defasada, seja nos setores, seja na Sala dos Professores ou nos laboratórios de informática (que geralmente são equipamentos de segunda mão doados por instituições do estado). (FRAGA, 2018, p.7)

Constata-se, portanto, que as escolas da RME/POA não possuem condições estruturais para que os professores e professoras possam cumprir sua hora-atividade no ambiente escolar. As salas dos professores são utilizadas como um espaço de convivência: é um “espaço de descanso e intervalo dos educadores; - pelo fato de a equipe docente estar em seu espaço de convivência, há fluxo de alunos, pais e funcionários, impossibilitando que o professor na hora-atividade mantenha a concentração” (FRAGA, 2018, p.30). Seu tamanho médio é de 37 m<sup>2</sup>, a serem utilizados, em média, por 61 professores ao longo do dia. Cada professor teria, portanto,

0,60 metro de espaço para ocupar. E isso se a sala estivesse vazia. O quadro é ainda pior, porque os docentes precisam disputar espaço com mesas, cadeiras, sofás, armários, computadores e às vezes geladeiras e pias. São condições precárias de trabalho. (FRAGA, 2018, p.30)

Pode-se observar na fotografia abaixo:

**Figura 1** - Fotografia de uma sala dos professores de uma escola da RME



Fonte: FRAGA, 2018, p.30.

Além disso, não existe nas escolas municipais uma biblioteca específica para o planejamento docente. De acordo com o relatório, o que foi visto “foram professores carregando peso extra de livros necessários ao planejamento e grande quantidade de materiais pedagógicos para anos iniciais” (FRAGA, 2018, p.8).

Em relação aos computadores para uso dos professores, o relatório apresentou os seguintes números:

18 escolas não possuem computador funcionando na Sala dos Professores com acesso à Internet; 25 escolas possuem 1 computador com acesso à Internet; 13 escolas têm 2 ou mais computadores com acesso à Internet; apenas 4 escolas possuem impressora no local. (FRAGA, 2018, p.7)

Há de se mencionar também que,

[...]sem a estrutura disponível na escola, há professores que optam por ainda fazer seus planejamentos em casa, ou seja, ficam um turno inteiro na sala dos professores para cumprir horário determinado e após realizam seu planejamento na estrutura de sua residência. (FRAGA, 2018, p.9)

Tal situação amplia carga horária de trabalhador para além daquela que já é obrigado a realizar na escola. No quadro abaixo, sintetizamos os fatores qualitativos e quantitativos que promoveram a intensificação do trabalho, a partir da nova rotina escolar, e que podem ter contribuído para o adoecimento docente.

**Quadro 1** - Quadro resumo dos fatores qualitativos e quantitativos da intensificação do trabalho docente a partir da nova rotina escolar

<b>INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE</b>	
<b>FATORES QUALITATIVOS</b> (condições de trabalho)	<b>FATORES QUANTITATIVOS</b> (aumento de volume de tarefas)
Falta de manutenção básica: pinturas, desentupimento de calhas, troca de lâmpadas e capacitores, colocação de lajotas na parede, conserto de telas de proteção em quadras esportivas, conserto do piso, capina do pátio, poda de árvores, conserto em banheiros e outros.	Aumento no número de períodos por professor (de 15 para 17)
Problemas estruturais: falta de luz devido às infiltrações quando chove; inundação de pátio pela inadequação da estrutura de escoamento da água da chuva; salas de aula alagadas pela chuva; esgoto da cozinha com buraco aberto e outros.	Acréscimo no número de turmas e de alunos
Falta de espaço e instrumentos destinados aos professores para	Ampliação da carga horária semanal (sábados/vespertino)

execução de suas atividades extraclasse (não há sala, livros, computadores).	
	Sem estrutura na escola, tem que realizar as atividades extraclasse em casa.

Fonte: FRAGA, 2018; PORTO ALEGRE, 2017 a; PORTO ALEGRE, 2018; PORTO ALEGRE, 2019 d.

Os padrões internacionais para profissão docente foram definidos pela Organização Internacional do Trabalho e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1966. As condições de trabalho dos professores, entendidas como um de seus direitos, devem, de acordo com as recomendações, “ser determinados através de um processo de negociação entre as organizações dos professores e os responsáveis e empregadores” (OIT, 2008, p.12). Tais condições buscariam, basicamente, atingir a meta de um ensino eficaz. É nesse sentido, que Assunção, Barreto e Gasparini (2005, p.191-193) destacam a necessidade de estudos que busquem compreender a

inadequação entre as mudanças educacionais propostas e implementadas e a realidade que os trabalhadores enfrentam nas escolas. As contradições existentes podem estar na origem da exposição aos fatores de risco para o adoecimento da categoria dos trabalhadores do ensino.

À vista disso, destacamos que, no primeiro ano da nova rotina escolar, houve um incremento de 10% no número de LTS concedidas aos professores e professoras de RME. Contudo, ao observarmos os anos seguintes, nos quais as diretrizes da nova rotina escolar incluíram a retirada da Hafe, veremos que houve um aumento de 57% nesse indicador, em 2018, subindo para 62%, em 2019 (LEAL, 2020). Nesse sentido, podemos indicar que a supressão da Hafe, aliada à inadequação dos espaços escolares para que as atividades extraclasse sejam realizadas na escola, parecem ter contribuído para o significativo aumento das licenças para tratamento de saúde dos professores e professoras da RME/POA.

Além de ser constatada a precariedade do ambiente para que sejam realizadas as atividades de planejamento em escola, ao se retirar a Hafe, também se nega aos professores e professoras um momento em que podiam se ausentar do ambiente escolar, permitindo um tempo para a recuperação de suas capacidades psicofisiológicas, sem a necessidade de afastamento médico.

É nesse sentido que, para Esteve (1999), o absenteísmo seria um mecanismo de defesa utilizado contra a tensão derivada do exercício docente,

uma forma de atingir um alívio para escapar das tensões acumuladas. Hipersolicitados em função da sobrecarga de trabalho, intensificada a partir da nova rotina escolar. Com a perda da Hafe, o professor deixa de dispor desse tempo para a sua recuperação física e mental, desencadeando sintomas clínicos que ajudariam explicar os altos índices de afastamento do trabalho por LTS entre professores e professoras da RME/POA.

#### **4. Considerações finais**

As políticas educacionais com foco nos resultados têm levado a uma reorganização do cotidiano escolar. Ao priorizar a produtividade, a eficiência dos serviços, os programas de responsabilização e avaliações, sem levar em consideração outros aspectos que constituem o fazer pedagógico, esse modelo de gestão pode acarretar uma intensificação (e precarização) do trabalho docente, com efeitos sobre sua saúde.

À vista disso, apresentamos fatores quantitativos e qualitativos que propiciaram a intensificação do trabalho docente na RME, a partir das mudanças efetuadas pela nova rotina escolar: redução do número de professores da rede e do tempo da hora-aula, combinada ao aumento de horas-aula em atendimento direto aos alunos e do número de turmas e alunos para cada docente, bem como a ampliação da carga horária semanal, com conselhos de classe e reuniões pedagógicas deslocadas para os sábados; precariedade nas condições de trabalho das escolas municipais, sobretudo, para que a hora-atividade seja realizada no espaço escolar. Tais elementos são indicativos da incongruência do contexto de trabalho e dos instrumentos adotados nesse processo reformista, que podem ter exercido efeitos sobre a saúde dos professores, gerando um trabalho *docente*.

Existem ainda outros fatores que extrapolam as diretrizes da nova rotina escolar, mas estão em consonância com os preceitos da gestão municipal, de reorganização das relações trabalhistas entre empregador e empregado e da aplicação da gestão por resultados na educação e que podem ter contribuído para o adoecimento docente na RME. São eles: alteração dos planos de carreira, mudanças na política salarial e previdenciária do magistério municipal, pressão por maiores resultados e desempenho nas avaliações, relações de poder verticalizadas, falta de incentivos (AGUIAR, 2019).

Cansados com a sobrecarga de trabalho, exauridos pelas condições precárias do ambiente em que passam boa parte de seu dia, desmotivados com a retirada de vários componentes que ativavam sua motivação para serem docentes do município de Porto Alegre e desvalorizados enquanto profissionais da educação, os professores e professoras talvez tenham encontrado no adoecimento a única maneira de resistir à opressão de um sistema de gestão que não os enxerga enquanto um sujeito educador/trabalhador, mas unicamente como um bem que serve para ser produtivo.

### Referências bibliográficas

- AGUIAR, Felipe de; SANTOS, Graziella. Reorientações gerencialistas das políticas educacionais: impactos na rede municipal de ensino de Porto Alegre. **Políticas Educativas**, v. 12, n. 1, p. 73-92, 2018.
- APPLE, Michel. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e a saúde dos professores. **Educ. Soc.**, v. 30, n. 107, p. 349-372, mai./ago. 2009.
- ASSUNÇÃO, Ada Ávila; BARRETO, Sandhi Mari; GASPARINI, Sandra Maria. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189-199, mai./ago. 2005.
- BOTTEGA, Carla. **Clínica do trabalho no Sistema Único de Saúde**: linha de cuidado em saúde mental do trabalhador e da trabalhadora. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- CONTIERO, Paola. **Análise dos afastamentos para tratamento de saúde dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensidade do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DEJOURS C.; BÈGUE F. **Suicídio e trabalho**: o que fazer? Brasília: Paralelo 15; 2010.
- DEJOURS C. **Trabalho vivo**. Sexualidade e trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2012. Tomo I.
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Cadernos de Negociação**, nº5, mar./abr. 2018.

FRAGA, Alex. **Relatório sobre as condições precárias das escolas municipais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://atempa.org.br/relatorio-sobre-as-condicoes-precarias-das-escolas-municipais-de-porto-alegre/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

GARCIA, Maria Manuela Alves; ANADON, Simone Barreto. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educ. Soc.**, v.30, n.106, p.63-85, 2009.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

HALMENSCHLAGER, Bruno. **Análise estatística dos afastamentos dos professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Estatística) - Instituto de Matemática, Curso de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

HARGREAVES, A. **Profesorado, cultura y postmodernidad: cambian los tiempos, cambia el profesorado**. Madrid: Morata, 1995.

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. 2021. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2021.

OIT; UNESCO. **A recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa ao estatuto dos professores**. 2008. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160495\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160495_por). Acesso em: 07 mai. 2020.

OIT; UNESCO. **A recomendação de 1997 da UNESCO relativa ao estatuto do Pessoal do ensino superior**. 2008. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160495\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160495_por). Acesso em: 07 mai. 2020.

OLIVEIRA, D. A. O trabalho docente na América Latina: identidade e profissionalização. **Retratos da escola**, v. 2, n. 2/3, p. 29-40, jan./dez. 2008.

OLIVEIRA, D. A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 92, p.753-776, out. 2005.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Decreto 14.521/04**. 2004. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000026201.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 01 jan. 2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria 135/17**. 2017. Disponível em: [http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/3068\\_ce\\_20191017\\_executivo.pdf](http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/3068_ce_20191017_executivo.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. **Programa de Metas 2017-2020**. 2018a. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu\\_doc/prometa\\_poa\\_2017-2020.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/prometa_poa_2017-2020.pdf). Acesso em: 30 mar. 2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria 024/2018**. 2018b. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/Portaria%20024%202018%20SMED%20retificada>. Acesso em: 01 jan. 2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria 01/2019**. 2019. Disponível em: [http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/2739\\_ce\\_20190109\\_executivo.pdf](http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/2739_ce_20190109_executivo.pdf). Acesso em: 01 jan. 2020.

REIS, R. *et al.* Absenteísmo, doença e enfermagem. **Revista de Saúde Pública**, v. 27, n. 5, p. 616-623, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.